



Número: **0600521-42.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **22/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600099-20.2020.6.16.0145**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral, Mandado de Segurança, Requerimento de Acesso ao Sistema Interno de Controle e Dados de Pesquisas Eleitorais**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança com pedido de liminar nº 0600521-42.2020.6.16.0000, impetrado por Ibope Inteligência Pesquisa e Consultoria Ltda, em face de DOIS ATOS coatores do Juiz da 145ª Zona Eleitoral de Curitiba/PR, Dr. Marcos V. Schiebel, 1º ATO COATOR: que deferiu o pedido liminar para suspender a divulgação do resultado da pesquisa impugnada, sob pena de multa no valor R\$ 50.000,00 ao dia e autorizou o Partido autor a acessar o sistema interno de controle, verificação, fiscalização da coleta de dados e dispositivos eletrônicos porventura utilizados na pesquisa eleitoral, identificação dos entrevistadores, ressaltando, contudo a identidade das pessoas que responderam à pesquisa, nos autos de Representação nº 0600100-05.2020.6.16.0145, (impugnação à pesquisa PR-01535/2020), ajuizada Movimento Democrático Brasileiro (MDB) contra Ibope Inteligência Pesquisa e Consultoria Ltda e Radio Emissora Paranaense S.A, alegando que o registro da pesquisa apresenta irregularidades: a) questionário que exclui eleitores, apenas por não terem votado nas últimas eleições; b) incompatibilidade entre os critérios referentes ao nível econômico constantes do plano amostral; c) incompatibilidade entre os dados do IBGE, a população economicamente ativa e a renda do entrevistado; d) que o sistema interno da empresa contratada de controle e verificação da coleta de dados e do trabalho de campo é baixo e não garante a segurança nos resultados obtidos e, 2º ATO COATOR: que deferiu o pedido liminar para suspender a divulgação do resultado da pesquisa impugnada, nos autos de Representação nº 0600099-20.2020.6.16.014,(impugnação à pesquisa PR-01535/2020), com pedido liminar, ajuizada por Carol Arns concernente ao registro e divulgação da pesquisa protocolada sob nº PR- 01535/2020 contra Ibope Inteligência Pesquisa e Consultoria Ltda e Radio Emissora Paranaense SA/TV Paranaense, alegando, que o registro da pesquisa apresenta irregularidades: a) não indicação precisa de qual estratificação quanto ao nível econômico dos respondentes; b) utilização de critério de estratificação equivocado quanto ao nível econômico dos respondentes - PEA/NPEA; c) utilização de critério de estratificação equivocado quanto ao nível econômico dos respondentes - faixas de rendas familiares; d) ausência de ponderação quanto ao grau de instrução e nível econômico; e) ausência de assinatura, através de certificado digital, do estatístico responsável. (Requer: seja o presente distribuído, autuado e registrado, com urgência, para deferir liminar inaudita altera parte suspendendo a eficácia do Ato Coator nas representações 0600099-20.2020.6.16.0145 e nº 0600100-05.2020.6.16.0145, liberando a divulgação do resultado da pesquisa n.º PR-08260/2020, de autoria da Impetrante, oficiando-se a Autoridade Coatora acerca da ordem proferida; Ao final pede seja confirmada a liminar e concedida a ordem reconhecendo definitivamente o direito de o IBOPE fornecer e divulgar os resultados da pesquisa BA-06166/2020).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IBOPE INTELIGENCIA PESQUISA E CONSULTORIA LTDA (IMPETRANTE)		ANDRE GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN (ADVOGADO)	
JUÍZO DA 145.ª ZONA ELEITORAL DE CURITIBA (IMPETRADO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21813866	01/12/2020 22:25	Decisão	Decisão



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

Autos de MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) nº 0600521-42.2020.6.16.0000

IMPETRANTE: IBOPE INTELIGENCIA PESQUISA E CONSULTORIA LTDA

Advogado do(a) IMPETRANTE: ANDRE GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN - SP168804

IMPETRADO: JUÍZO DA 145.^a ZONA ELEITORAL DE CURITIBA

Advogado do(a) IMPETRADO:

RELATOR: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Ibope Inteligência Pesquisa e Consultoria Ltda contra atos do Juízo da 145ª Zona Eleitoral, que nos autos de representação nº 0600099-20.2020.6.16.0145 e 0600100-05.2020.6.16.0145 suspendeu liminarmente a divulgação do resultado da pesquisa registrada sob o nº PR-08260/2020.

Foi indeferido o pedido liminar formulado neste mandado de segurança, para o fim de permitir a divulgação da pesquisa PR-08260/2020.

A autoridade apontada como coatora prestou informações.

Na sequência, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pela perda superveniente do objeto.

Pois bem.

O pedido veiculado no presente mandamus volta-se tão somente à autorização para divulgação da pesquisa eleitoral registrada sob o nº PR-08260/2020. Com a passagem do pleito eleitoral de 15/11/2020, tem-se por ocorrida a perda superveniente do interesse de agir, eis que esvaziada a utilidade da presente demanda.

Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTOS. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

I. Precedentes: TRE-PR Rep. 3249-18, Rel. Lourival Pedro Chemim, julgado em 27/10/2014;



TRE/PR, MS Nº 3477-90.2014.6.16.0000, Relator: Dr. Josafá Antonio Lemes, 24 de novembro de 2014.

II. O término do período de propaganda eleitoral importa na perda superveniente do interesse recursal, nas representações que versam sobre divulgação de pesquisa eleitoral.

III. O recurso não pode alterar a conclusão da decisão monocrática, pois o pleito eleitoral já se encerrou no dia 05/10/2014.

[TRE/PR, AgRg-MS nº 453-83, rel. Dr. Lourival Pedro Chemim, j. 06.10.2016; não destacado no original]

Ainda:

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2017 – MANDADO DE SEGURANÇA – PESQUISA ELEITORAL – SUPERVENIÊNCIA DAS ELEIÇÕES – PERDA DE OBJETO – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

1. Com a superveniência das eleições, não subsiste interesse processual relacionado à divulgação ou não de resultados de pesquisa eleitoral. Precedentes do TRE/PR e do TSE.

2. Mandado de segurança prejudicado. Processo extinto sem resolução do mérito [TRE/PR, MS 12352 DJe 07.04.2017; não destacado no original].

Sem prejuízo, inexistente a possibilidade de aplicação ou cobrança de multa.

Ademais, conforme precisa manifestação da Procuradoria "em consulta aos autos originários, 0600099-20.2020.6.16.0145 e 0600100-05.2020.6.16.0145, verifica-se que foram prolatadas sentenças em 13 de novembro de 2020 e 08 de novembro de 2020, respectivamente, julgando improcedente o pedido formulado".

Restando prejudicada a análise do mérito, a extinção do feito sem resolução do mérito é medida que se impõe.

Forte nas razões expostas, na forma do art. 354, caput c/c art. 485, VI do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente sem resolução do mérito em razão da perda superveniente do interesse de agir.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 1º de dezembro de 2020.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

